

## **Mudanças sociais no Brasil neodesenvolvimentista a partir de uma análise da relação entre Estado, economia e sociedade**

Autor: Jaime Ernesto Winter Hughes León<sup>1</sup>

Área temática: Economia

### **Resumo**

O objetivo é discutir como a estratégia "neodesenvolvimentista" determina a mobilidade social no Brasil. Dois são os eixos teóricos: (i) a discussão sobre "hegemonia" em Gramsci e em Poulantzas e (ii) a caracterização de Florestan Fernandes sobre economias dependentes. Vale observar as premissas: (i) o neodesenvolvimentismo é fruto de uma disputa de poder entre classes e frações de classe dentro do Estado sobredeterminada por interesses econômicos forâneos e assentados na exploração interna do trabalho e (ii) para os trabalhadores, o critério de inserção na ordem social é baseado nas possibilidades de valorização através do trabalho" e da posse de bens.

**Palavras-chave: mobilidade social; classes; Estado; neodesenvolvimentismo.**

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (IE/CCJE/UFRJ); membro do Grupo de Estudos Florestan Fernandes.

## 1 - Introdução

Há, no Brasil, um desequilíbrio estrutural entre capital e trabalho, reflexo da dependência externa e da segregação social interna, que impede a maioria dos trabalhadores de alcançar um padrão digno de vida. Esse quadro de instabilidade não é especificidade brasileira, é uma crise no capitalismo neoliberal<sup>2</sup> (Saad-Filho, 2011). Saad-Filho destaca ainda que a inserção maior na reestruturação global da produção, colocou os países periféricos em maior concorrência, seja entre capitais individuais, seja dentro e entre (d)as classes trabalhadoras nacionais. Isto reafirmou o maior desequilíbrio entre o "capital e o trabalho", acirrando os desequilíbrios nacionais e reforçando a pobreza na ordem capitalista (Saad-Filho, 2011).

De acordo com (De Conti, 2015), a pobreza é um problema generalizado por todos os lados onde vigora o sistema capitalista de produção, não sendo exclusividade do subdesenvolvimento, pois também é encontrada no mundo desenvolvido.

Nesse contexto mais geral, a peculiaridade brasileira diz respeito à chamada estratégia "neodesenvolvimentista"<sup>3</sup>, nos governos do PT, que combinou crescimento econômico com alguma distribuição de renda decorrente da valorização do salário mínimo, da ampliação do Bolsa Família e da expansão do crédito que foram os pilares da atenuação de algumas mazelas sociais. Esta estratégia foi possível devido a um cenário internacional conjuntural específico de elevado preço das *commodities*, com o aquecimento da economia chinesa, que viabilizou aumento expressivo das reservas internacionais e saldos positivos de transações correntes até 2007.

Este cenário gerou a percepção, pelos trabalhadores, de uma melhora no seu patamar de vida, cujo padrão é historicamente muito baixo. Em especial voltou à ordem do dia a discussão sobre mobilidade social com a emergência da categoria "nova classe média" (Bielschowsky 2012; Pochmann, 2014; Quadros, 2015). Muito mais que resultado de um acerto da estratégia de desenvolvimento com mudança estrutural, a "ascensão social" das classes mais pobres da população teria ocorrido pela combinação de um instável crescimento econômico com alguma distribuição de renda numa conjuntura econômica externa favorável ao funcionamento do que pode ser chamado, para lembrar Furtado (1974), de "uma nova rodada do ciclo de modernização dos padrões de consumo".

A questão que está posta à investigação é: quais são os limites que a estratégia neodesenvolvimentista impõem às mudanças sociais no Brasil, dado o atual padrão de dominação e acumulação capitalista?

O artigo tem como meta discutir, através das interpretações críticas recentes de Sampaio Jr. (2012) e de Boito Jr. (2012), os limites que o neodesenvolvimentismo impõem à mobilidade social, num contexto no qual apesar de haver melhoras conjunturais, a dependência externa e a segregação social mantêm suas raízes estruturais.

De forma mais específica, busca-se responder: (i) se na sociedade de classes brasileira, a alteração do patamar econômico das camadas pobres pode se traduzir como uma mudança estrutural no patamar social destas pessoas; e (ii) se este câmbio é sustentável, como ele se relaciona com as relações de poder intra-estatal e com a posição do Brasil na hierarquia internacional de poder.

---

<sup>2</sup> No âmbito da economia política da recessão, cabe lembrar que Saad-Filho (2011) explica como, no neoliberalismo, a capacidade estatal de alocar recursos foi transferida intertemporalmente, intersetorialmente e internacionalmente para um setor financeiro consolidado globalmente e sob a égide do poder estadunidense. A financeirização de quase todos os aspectos da atividade produtiva, garante papel central na manutenção da hegemonia americana, pois há permanente risco de fuga de capitais. Ademais a transnacionalização da produção atingiu patamares globais e a concentração de renda e riqueza aumentou. Isto evidencia a força que o setor financeiro tem, ainda mais quando, depois da crise de 2007/2008, foram as instituições financeiras que comandaram o processo de demanda de corte dos gastos públicos em todo mundo, justificado por uma "insustentável" posição fiscal dos governos.

<sup>3</sup> A corrente das Estruturas Sociais de Acumulação fornece uma interpretação interessante sobre regimes de crescimento a partir da ideia de que, no capitalismo, os conflitos entre classes, papel do Estado e ideologias são originados pela concorrência por acumulação de capital e repartição dos lucros. Para esta visão, a estrutura regulada foi a do tipo "capitalismo reformado" da época da *Golden Age*. O neoliberalismo é uma "estrutura liberal", uma tentativa de eliminar as estruturas (instituições) que regulam o capitalismo: previdência, empresas estatais etc. (Kotz *et alii*, 2006). Neste trabalho defende-se que o neodesenvolvimentismo não foi capaz de superar todos os limites que o neoliberalismo impunha à ascensão social.

Embora tenha promovido certa melhora no padrão de vida dos mais necessitados, a estratégia de desenvolvimento dos últimos treze anos foi deficiente, como lembra Medeiros (2015), pois não foi capaz de alterar o "padrão de consumo e as estruturas produtivas" do país. Tampouco foi ela suficiente para a provisão de bens e de serviços públicos de qualidade (tais como educação, saúde, saneamento básico etc.). Agravando a situação, foi débil a geração de políticas industriais direcionadas para os setores-chave da economia, especialmente aqueles de alta tecnologia atrelados ao governo e que promovem maior inserção nas cadeias globais de valor; e, por último, houve pouco estímulo ao aumento da produtividade dos bens salários, o que, em geral, limita a possibilidade de aumento dos salários sem o aumento das pressões de custos de produção e sem a pressão de desvalorizações cambiais.

O movimento que será feito se baseia em dois eixos teóricos: (i) o conceito de hegemonia em Gramsci e Poulantzas e (ii) a caracterização macrossociológica de Fernandes sobre as sociedades de classe no capitalismo dependente. As devidas mediações e rupturas entre estes eixos teóricos serão apontadas e consideradas. Cabe observar que (i) o arranjo da opção de "crescimento com equidade" é fruto de uma complexa disputa de poder entre classes e frações de classe dentro do Estado brasileiro sobredeterminada por interesses econômicos ditados a partir de fora e assentados na exploração interna do trabalho e (ii) para os trabalhadores, o critério de inserção na ordem social vigente é baseado nas possibilidades de valorização através da "proletarização" e da posse (ou não) de bens.

Além da introdução, o artigo se estrutura da seguinte maneira: na segunda seção, há o resgate dos principais elementos de Marx (1852), Gramsci (2006) e Poulantzas (1985) sobre a questão da representatividade numa sociedade de classes para mostrar como, na cena política, as classes e frações de classe podem unificar o Estado através da "hegemonia" do bloco no poder disfarçando "interesses de classe"; na terceira seção, é feita a mediação necessária para explicar a dinâmica brasileira de uma sociedade de classes num país dependente e subdesenvolvido através da caracterização macrossociológica de Fernandes (1968); na quarta seção, se mostram os argumentos de alguns autores críticos Sampaio Jr. (2012) e Boito Jr. (2012), representativos para o debate. Eles apontam que as políticas implementadas nos governos do PT não são radicalmente distintas das neoliberais uma vez que seguem e intensificam a lógica de privilegiamento de determinadas classes e frações de classe em detrimento de outras; esta seção é acompanhada da exposição de algumas evidências; por último, serão feitas as considerações finais.

## **2 - Estado, economia e sociedade: o papel da hegemonia e do bloco no poder**

Para entender o aparente paradoxo da combinação feita pelo governo do PT entre a agenda "neodesenvolvimentista" com o tripé macroeconômico de câmbio livre, metas inflacionárias e metas fiscais, se resgatará elementos das análises marxistas de classes, poder e representatividade política de Gramsci e Poulantzas. Neste artigo, entende-se o Estado como o lugar político onde se manifestam os conflitos das classes dominantes e dos setores dominados, por isso o Estado é muito mais que mera representação dos interesses de uma classe específica (não é o "comitê da burguesia"). Numa definição ampliada, no Estado estão expressos os conflitos da sociedade civil e da sociedade política.

A fim de entender a conexão entre Estado, economia e sociedade, pode-se retomar Marx (1852), onde há uma engenhosa interpretação da cena política - espaço da luta política e, em última instância, da luta econômica entre partidos e entidades políticas - da época de Luís Bonaparte na França para demonstrar que não necessariamente os partidos defendem a bandeira que dizem representar. Mais complexo ainda, segundo Boito Jr. (2002), a aparência dos conflitos assume tal forma que além de diferir da realidade é por ela moldada e com ela se confunde: os partidos dissimulam o conflito de classes e representam, pois, interesses de classe. Destarte, segundo o sociólogo brasileiro, interpretar a cena política somente por aquilo que as entidades políticas dizem organizar e representar é cometer um erro de "ciência política vulgar", a qual está restrita à aparência dos fenômenos.

Não cabe aqui uma revisão profunda de *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, não obstante vale destacar como Marx percebeu a complexidade e o dinamismo da cena política francesa que ia mudando durante todo o período analisado, pois ajuda no entendimento do quão complexo é o jogo político. O autor derruba a máscara de clivagem entre republicanos e monarquistas e entre orleanistas e legitimistas. Isso fica claro quando é posto como os monarquistas aceitaram a instauração da República, já que isto estava de acordo com seus interesses burgueses. Esta dissimulação também fica clara no episódio no qual os republicanos puros se uniram aos monarquistas na revolução de junho 1849 para combater os pequeno-burgueses. À primeira vista, estes acontecimentos nunca aconteceriam.

O conflito "capital x trabalho" era no fundo o verdadeiro elo que unia republicanos e monarquistas como classe, todos eles se opunham à pequena-burguesia, ao campesinato e aos operários. As diferenças entre estes partidos e dentro do grupo dos monarquistas (de um lado os orleanistas defendiam o capital, enquanto, por outro lado, os legitimistas estavam a favor dos direitos da propriedade da terra) representam diferentes frações de classe que possuem interesses econômicos distintos. Dado o dinamismo da cena política, para se manter no jogo é necessário estar sempre atento às mudanças da conjuntura política - ditada, primordialmente, pelos interesses econômicos -. Ao comentar a obra de Marx, Boito Jr. (2002:10) escreve:

Os partidos, organizações e correntes de opinião que ignoram os interesses de classe ou de fração que representam, seja por abandonarem antigas posições políticas sem que a situação o justifique, seja por permanecerem aferrados a antigas posições num momento de mudança que atinge a sua base social, tais partidos e organizações podem ser condenados ao declínio e ao desaparecimento.

Ao estudar o caso específico italiano nos anos trinta, Gramsci (2006) amplia o conceito de sociedade civil marxista, o qual estava associado à propriedade privada dos meios de produção. Este autor contribui com uma noção de sociedade civil que além de abranger a sociedade econômica adiciona a ideia de sociedade política, onde os aparelhos ideológicos de Estado e hegemônicos privados são cruciais para a obtenção de "hegemonia" por parte de uma classe ou fração de classe, pois representam uma determinada visão de mundo. Por meio desta contribuição, Gramsci expande o conceito de hegemonia até então prevaiente que era fundado na ideia de coerção de um grupo sobre outros. Com os aparelhos ideológicos esta forma de dominação se dá também através do consentimento (econômico, político e ideológico) das classes dominadas<sup>4</sup>. Assim, pode-se entender por que em algumas situações a mera tomada do Estado não garante a hegemonia política.

Para entender melhor o ponto de Marx e de Gramsci, lembra-se a abordagem de Poulantzas (1985), um intérprete que decodifica estas obras para termos e conceitos que ajudam a análise. Um conceito-chave é "bloco no poder" que está associado ao Estado capitalista (Jessop, 2009).

Formal e abstratamente, o Estado atua como organizador e garantidor da produção e da acumulação capitalista, uma vez que garante o funcionamento das instituições político-sociais e econômicas. Num plano concreto, o Estado é o espaço para disputas entre classes e frações de classe pelo poder político, motivado por interesses econômicos. Poulantzas (1968)<sup>5</sup> define "bloco

---

<sup>4</sup> Entre os aparelhos ideológicos, pode-se citar a mídia, as universidades, os partidos políticos, as federações de indústria, os grupos comerciais e bancários, os sindicatos etc. Portanto, para que uma classe ou fração de classe seja hegemônica, não basta tomar o Estado ganhando eleições, senão dominar os aparelhos ideológicos de Estado e hegemônicos privados.

<sup>5</sup> Vale lembrar que a obra de Poulantzas é marcada por duas fases distintas. Na primeira, o autor enxerga os interesses econômicos como determinantes nas relações entre classes e frações de classe, o Estado como mero coordenador que gera legitimidade. Já na segunda fase, depois do debate com Miliband, Poulantzas vê no Estado um papel crucial por ser o lugar de disputa pelos aparelhos ideológicos de Estado (conceito de Gramsci), sendo estes instrumentos imprescindíveis para o garantimento da hegemonia política de uma classe ou fração de classe. Segundo Coutinho (2007), Poulantzas (1985) se distanciou de sua influência estruturalista de Althusser e se aproximou mais de Gramsci. Para ele, o Estado, numa dada conjuntura, é ao mesmo tempo criador e modelador das

no poder" como uma unidade de contrários, na qual há uma fração de classe ou classe que detém certa hegemonia perante as distintas frações de classe e as próprias classes nas suas relações com o Estado capitalista. Pinto & Balanco (2014) lembram que tal conceito é diretamente relacionado às práticas políticas destas classes e frações de classe numa determinada formação social e histórica e por isso é datado histórica e socialmente. Para eles, assim o conceito de bloco no poder se confunde, no plano concreto-real, com o termo de *forma de Estado*.

Ainda segundo Pinto & Balanco (2014) as práticas políticas, por sua vez, estão associadas à conformação de classes dominantes que acabam tendo certa autonomia dado o grau de coesão político-ideológica e econômica. Esta "hegemonia" é conquistada pelo fato de estas classes ou frações de classe dominantes terem a capacidade de liderar os interesses econômicos, ideológicos e políticos das outras classes e frações de classe. As práticas políticas diferem da cena política. Enquanto as primeiras estão associadas às ações do bloco no poder, as segundas estão associadas à representação dos partidos políticos numa dada formação social.

O bloco no poder é formado estritamente pelas frações de classe e classes que participam da arena da dominação política, portanto, não é composto por todos que apoiam o poder de Estado, i.e., as classes apoio. Em relação a estas últimas, pode-se dizer que são essenciais (tais como o foram o *lumpenproletariado* e os camponeses parcelares na época do Estado bonapartista francês e a pequena burguesia na primeira fase da República Parlamentar na França<sup>6</sup>).

Para Pinto & Balanco (2014), quando a hegemonia de uma determinada fração de classe ou classe vai além do espectro das frações dominantes e atinge toda a sociedade (dominantes e dominados), ela pode ser caracterizada como ampla<sup>7</sup>. Nos termos de Gramsci (2006), este tipo de hegemonia se dá justamente quando uma classe ou fração de classe consegue impor consentidamente seus interesses econômicos, políticos e ideológicos de classe ou de fração de classe sobre as demais.

Poulantzas (1968) decodificou o que Marx expôs em *O dezoito de Brumário*. O autor percebeu que pode haver defasagem entre as práticas políticas e a cena política. Pode ser que a fração que detém a hegemonia (restrita ao bloco no poder) não esteja representada organicamente no sistema político, no qual dominam as "frações reinantes" (segmentos que levam partidos políticos às situações dominantes da cena política). Também pode ocorrer que a fração com a hegemonia não seja a "fração detentora" do aparelho de Estado, i.e., pode não ser o grupo que reúna quadros em diferentes setores da sociedade para que ocupem cargos de espaços distintos do Estado. A forma que se dá a interação entre a fração hegemônica no bloco no poder e as outras frações determina o contorno das práticas políticas, da cena política e a fração política detentora do Estado.

Resulta desta disputa de interesses no interior do Estado que a política é um movimento que pode ter aparência caótica e desconexa mas que na verdade tem um elo lógico entre os diversos interesses concretos de classes e frações de classe e com o funcionamento da acumulação capitalista, como colocam Pinto e Balanco (2014:17):

Caso olhássemos apenas o funcionamento do Estado, no nível concreto real, concluiríamos que suas políticas e resultados são extremamente caóticos e contraditórios. Todavia, ao se juntar a observação do bloco no poder (observação do concreto real) com o capital em geral, verifica-se que os resultados das políticas são as manifestações da hegemonia restrita (ou ampliada) do bloco no poder que

---

relações objetivas por ser o *locus* da disputa de classes (Pinto & Balanco, 2014). Assim, o Estado aparece, concomitantemente, como neutro e autônomo.

<sup>6</sup> Poulantzas (1968) cita dois motivos que fazem com que o apoio dos dominados seja indispensável à fração hegemônica no bloco no poder: a ilusão ideológica e o poder atribuído à classe trabalhadora.

<sup>7</sup> Pinto & Balanco (2014) afirmam que quando há hegemonia ampla por parte de uma fração de classe ou fração de classe, o bloco no poder se torna um "bloco histórico", no sentido de que orientam os interesses de dominantes e dominados. Os autores justificavam o uso do termo "bloco histórico" pela diferença com o termo "hegemonia ampla" de Gramsci (2006) pelo fato deste último autor não ter contemplado o fato de que a hegemonia pode ser limitada somente às frações dominantes ("hegemonia restrita"). Segundo os autores, Gramsci não enxergava que tal conceito pudesse ser aplicado à sociedade política (Estado), senão somente à sociedade civil.

leva à ampliação da acumulação capitalista de forma geral e em maior grau a da fração hegemônica.

Como pré-condição da manutenção do *status quo* do capitalismo, foi necessário a disseminação da ideia de democracia formal camuflada no conceito de igualdade entre os indivíduos. Uma vez naturalizadas as desigualdades econômicas, que a nível de universalidade são oriundas dos movimentos de expropriação originária e acumulação capitalista, foi defendida a ideia de que todos são "iguais" no nível político, pelo fato de todos participarem do processo democrático com o mesmo poder de decisão (uma cabeça, um voto).

Todavia, como afirma Poulantzas (1985), é notório que houve um deslocamento da "luta econômica de classes" para a "luta política de classes", assim o Estado se tornou o lugar para os conflitos de classe, no qual o "poder de Estado" é diferente de "poder de classe". Esta "separação" entre as relações econômicas das relações políticas, confere na obra de Poulantzas (1968) certa "autonomia relativa" ao Estado diante das relações econômicas, pois este se torna o representante político da unidade povo-nação<sup>8</sup>.

As principais demandas das classes e frações de classe são direcionadas às instituições do Estado que detêm o "poder efetivo" de tomada de decisões: os centros de poder de Estado<sup>9</sup>. É importante destacar que não necessariamente a fração ou classe hegemônica ao bloco no poder será a fração ou classe detentora dos centros do poder de Estado, assim pode-se afirmar que uma simples vitória eleitoral não significa o controle do Estado seja pela fração ou classe dominante ou dominada.

Pinto & Balanco (2014) esclarecem que se uma vertente política quiser realmente controlar os centros de poder deve realizar mudanças estruturais que se traduzam em práticas políticas da luta de classes e no espaço de influência da fração ou classe hegemônica. Isto significa controlar a estrutura do bloco no poder e as coalizões de forças sociais, situação que pode dar origem a vários conflitos entre distintas instituições e gerar crises políticas.

Como lembra Oliveira *et alli* (2010), as políticas econômicas são sempre fruto de interações complexas, determinadas conjunturalmente, de forças sociais no interior do bloco no poder. Portanto, não existe política econômica que seja livre da influência de vários interesses políticos divergentes mas, no longo prazo, elas expressam a fração ou classe dominante no bloco no poder.

Poulantzas (1968) sinaliza que não é possível num determinado tempo e realidade político-econômica afirmar-se com certeza qual classe ou fração de classe detém a hegemonia do bloco no poder naquele instante. Esta tarefa deve ser feita *ex-post*, ou seja, após a concretização de dado tempo histórico.

Com os conceitos apresentados nesta seção pode-se entender um pouco mais o que estava por trás da interpretação do cenário e das práticas políticas que Marx (1852) já havia vislumbrado. Sem embargo, para entender a realidade de um país capitalista dependente e subdesenvolvido como o Brasil é necessária uma mediação histórica e uma interpretação própria de como se dá a interação de classes no subcontinente latino-americano, Fernandes (1968) será a base para esta análise. Sua interpretação, até certo ponto, pode ser combinada a de Gramsci e Poulantzas.

### **3 - Caracterização macrossociológica do capitalismo dependente**

---

<sup>8</sup> Há um extenso debate sobre a "sobrepolitização" na obra de Poulantzas. Os autores desta vertente apontam que Poulantzas vê as relações entre capitais e classes como naturais ao interior do Estado, sem compreender a importância das relações econômicas como determinantes daquelas. Para uma abordagem totalizante há que se considerar (i) a relação do capital em geral com os capitais particulares e (ii) do capital em geral com o Estado. Para mais ver Neto (2015).

<sup>9</sup> Os centros de poder de Estado são dinâmicos. Dependendo da conjuntura histórica, têm mais ou menos autonomia relativa diante das classes ou frações de classe. A explicação para este fato reside no desenrolar da luta de classes e, logo, de como uma determinada classe ou fração de classe influencia os centros de poder de Estado. No caso brasileiro, o Banco Central é o maior exemplo de centro de poder de Estado, pois ele representa uma luta política (via determinação da política monetária) que coloca frações com interesses divergentes em conflito.

O presente do Brasil deve ser entendido à luz de sua formação colonial inconclusa (Fernandes 1968; Furtado 1974; Ianni, 1992). País cuja lógica econômica foi, desde o começo, a produção primário-exportadora baseada na exploração de mão-de-obra (escrava ou assalariada) e na concentração da terra, da renda e da riqueza, o Brasil está inserido na hierarquia internacional de poder de forma subserviente e dependente. Nas palavras de Prebisch (1949), isto era compatível com o papel periférico que os países latino-americanos tinham no cenário mundial e com a elevada heterogeneidade estrutural de que falara Aníbal Pinto em 1973.

A partir dos anos trinta do século passado, o país teve a chance de promover o desenvolvimento autônomo de suas forças produtivas e sociais, via o aproveitamento de condições objetivas (evolução das forças produtivas) e subjetivas (orientação destas transformações econômicas e sociais em prol da maioria do povo) para a superação do subdesenvolvimento. De fato, neste período, houve a consolidação do regime de classes, alguma urbanização e o início da industrialização pesada. Nos anos cinquenta a industrialização por substituição de importações reforçou esta possibilidade sem, entretanto, ter havido algum movimento de independência em relação ao capital internacional, pelo contrário houve sua intensificação. No início dos anos sessenta havia a percepção de que era necessário realizar reformas de base a fim de transformar a sociedade brasileira. O cenário político, econômico e social estava, portanto, agitado. Neste período, aponta Fernandes (1975), havia um "pacto espúrio" das burguesias brasileiras que permitiu alguns ganhos sociais, mas que seria varrido de cena no golpe militar.

Com o golpe de 1964, o Brasil perdeu a chance de romper, naquele momento, os laços de dependência e subdesenvolvimento que limitavam suas possibilidades de se concretizar como nação<sup>10</sup> (Fernandes, 1968). O que se passou foi a cristalização da correlação de forças entre o capital e o trabalho. Num momento de crise do poder das classes dominantes, as burguesias brasileiras movidas pela percepção de que necessitavam realizar uma "modernização" de sua forma de dominação, a fim de poder acompanhar o dinamismo das nações hegemônicas, instauraram uma autocracia burguesa (anti-democrática, anti-nacional e anti-social) na qual se aglutinaram compositamente para varrer do cenário interno (muitas vezes via o uso da força bruta) quaisquer mudanças que viessem de baixo para cima (Fernandes; 1960, 1975). A contra-revolução permanente (golpe de 1964) usou-se de um Estado plutocrático e repressivo para cristalizar o padrão de acumulação e dominação vigente no Brasil - resumidos na dupla articulação entre segregação social e dependência externa - e resolveu para o capital, os problemas da formação nacional; deixando inacabado para os trabalhadores, os dilemas de uma sociedade de classes subdesenvolvida<sup>11</sup>. O diagnóstico de Fernandes (1960) é que há nas classes dominantes brasileiras uma certa "resistência às mudanças sociais" como forma de preservação do poder pelas camadas que exercem a dominação.

Nem mesmo o fim da ditadura militar foi capaz de engendrar uma nova fase de desenvolvimento nacional, pois se deu num processo que garantiu os velhos alicerces de privilégio de poder e o padrão de acumulação e dominação das elites. A introdução do ideal neoliberal nas sociedades latino-americanas intensificou a vulnerabilidade externa e a segregação social interna,

---

<sup>10</sup> Nação é um conceito em definição, pois é um processo histórico que gera a possibilidade, e é orientada pela necessidade histórica, de uma identidade econômica, política, cultural, social, regional e racial dentro de um país por parte de seu povo. Conforme Ianni (1992: 8): "Acontece que a nação é real e imaginária. Localiza-se na história do pensamento. Está no imaginário de uns e outros: políticos e escritores, trabalhadores do campo e da cidade, brancos, negros, índios e imigrantes, cientistas sociais, filósofos e artistas. E seria muito outra, se não se recriasse de quando em quando, na interpretação, fantasia, imaginação". E prossegue: "Sob o aspecto social, racial, regional e cultural, entre outros, continua em aberto a questão nacional. Em perspectiva ampla, a história do Brasil pode ser vista como a de uma nação em processo, à procura da sua fisionomia. É como se estivesse espalhada no espaço, dispersa no tempo, buscando conformar-se ao nome, encontrar-se com a própria imagem, transformar-se em conceito" (*Ibidem*: 180).

<sup>11</sup> Neste sentido, a interpretação de Fernandes (1975) sobre a especificidade do padrão de acumulação e dominação burguesa no diverge da obra de Poulantzas e Gramsci, pois mostra o quão radical este padrão se tornou no período ditatorial, excluindo a noção de Estado como espaço de conflitos políticos e econômicos entre as diferentes classes e frações de classe. De certa forma, as burguesias brasileiras, ao se reunirem para combater sua crise de hegemonia impediram que a maioria trabalhadora do povo tivesse representatividade efetiva dentro do Estado brasileiro.

facilitados pelos movimentos de grande abertura comercial e financeira e pela financeirização das atividades produtivas.

Através de um estudo da estrutura e dinamismo do capitalismo brasileiro, Fernandes (1968) busca a especificidade da acumulação capitalista no mundo subdesenvolvido<sup>12</sup>, tentando reter a forma de integração nacional tanto na ordem social competitiva como na monopolista. Ao fazer isso, destaca a estrutura e o dinamismo dos países subdesenvolvidos na qual a posição heteronômica é explicada pela inserção subalterna no sistema internacional de poder concomitante à introdução do capitalismo "moderno" no Brasil no século XX, uma sociedade de classes dependente e periférica.

A explicação macrossociológica de Fernandes (1968) combina elementos de Weber, Durkheim e Marx. Interessa aqui apontar a forma como Florestan Fernandes se apropria deles. Antes porém, vale destacar que não se pode combinar as teorias de Estado, economia e sociedade de Gramsci e de Poulantzas com a interpretação de Florestan Fernandes sem mediações e ressalvas. O elo de mediação é o estudo histórico da especificidade do caso brasileiro que faz o sociólogo brasileiro. Tentar "adaptar" as teorias dos primeiros autores e o arcabouço de Weber - do qual se apropria Fernandes - sem destacar os pontos de partida distintos, seria descabido. A análise de Fernandes aponta elementos novos e importantes para o estudo da relação de poder político e econômico como limitadores da questão social numa dada realidade de crise burguesa num país dependente e subdesenvolvido.

De Weber, é aproveitada a análise do poder e das formas de dominação, seja através do estudo da heteronomia a partir de fora ou a partir de dentro, seja através da interação entre política e economia. Diferentemente da análise de Marx, para Fernandes (1968) no Brasil é a política que determina, em última instância, o cenário do capitalismo. Ademais é também de Weber a taxonomia de situação de classe, a qual Fernandes se apropriaria para separar os indivíduos pela sua possibilidade de valorização sócio-econômica através da posse de bens e do trabalho, dado sua posição ocupada no mercado.

De Marx, o sociólogo brasileiro destaca que a análise da acumulação capitalista ocorre a partir da expropriação dos meios de produção e da associação permanente ao fluxo de capital internacional sem concorrer com os centros externos de controle do crescimento, pois a lógica do capitalismo na América Latina sempre foi débil, heterogênea e controlada de fora. Além disso, a análise da mercantilização do trabalho feita por Marx é apropriada por Fernandes. Por último, outra contribuição do autor alemão para o estudioso brasileiro foi como se dá a interação das contradições entre as forças produtivas e as formas de organização da produção capitalista, uma vez que se percebe a incompatibilidade do crescimento econômico com padrões de consumo elevados que promovam distribuição de renda.

De Durkheim, Fernandes (1968) absorveu o conceito de solidariedade orgânica e a possibilidade de fusão entre o arcaico e o moderno sem a superação das estruturas indesejáveis. Interesses econômicos e conflitos de classe só se manifestam de forma integrativa e com mudança social quando estão baseadas em consenso e solidariedade, seja a nível de grupos, seja a nível nacional. Daí, Florestan deriva que a superação do subdesenvolvimento passa por uma decisão de vontade política. Por ser um negócio para aqueles que dele se beneficiam, o rompimento desta situação pode parecer anti-econômico para alguns setores da sociedade.

É evidente que estas três influências (Marx, Weber e Durkheim) não podem ser tomadas indiscriminadamente e como se fossem automaticamente compatíveis entre si, todavia o que Florestan faz é destacar elementos destes autores para uma abordagem sociológica que seja plural e coerente com a dependência e o subdesenvolvimento latino-americano. Ao fazer seu diagnóstico

---

<sup>12</sup> "[...] se os modelos institucionais explicassem tudo, a absorção dos padrões de organização do Estado nacional e democrático, de uma economia de mercado capitalista e da cultura de uma sociedade de massas tenderia a reduzir a magnitude das diferenças entre os "povos adiantados" e os "povos atrasados" da mesma constelação civilizatória e, ao mesmo tempo, contribuiria fortemente para homogeneizar certas tendências de desenvolvimento fundamentais" (FERNANDES, 1968: 27).

sobre o quão difícil é o processo de mudanças sociais no Brasil, ele descreve o papel do Estado neste movimento como crucial.

O caso de referência para o estudo da sociedade de classes no mundo subdesenvolvido de Fernandes (1968) é o Brasil, pois, para ele, este país reúne tanto os aspectos mais arcaicos com as características mais modernas da estratificação social no capitalismo dependente. Em resumo num país como o Brasil: (i) o sistema econômico concilia e coordena as estruturas econômicas em diferentes estágios de evolução econômica, diferentemente dos países avançados e (ii) a ordem econômica não reflete um ponto de equilíbrio dinâmico de articulação global, senão as situações peculiares de um país em bases capitalistas. É peculiar o padrão de dominação e acumulação aqui vigente.

A combinação de formas anacrônicas e desniveladas cumpre a função de tirar o maior rendimento das oportunidades econômicas de negócios lucrativos via a exploração do trabalho em bases capitalistas, semi-capitalistas e anti-capitalistas. O setor moderno coexiste com o arcaico, comandando o dinamismo do crescimento econômico sem poder entretanto superar ou transformar o setor arcaico. O controle que as economias avançadas impõem às economias subdesenvolvidas desde fora através das grandes firmas e organizações se aglutina ao fato dessas economias modernas captarem e multiplicarem o excedente econômico das economias dependentes, impedindo a transformação em quantidade e qualidade das economias subdesenvolvidas.

A ordem econômica vigente então é caracterizada pela existência, ao mesmo tempo, de um setor arcaico orientado regulado e absorvido pela concorrência mundial e de um setor moderno onde o mercado tende a incorporar os fatores econômicos à ordem mundial, funcionando como eixo hegemônico da economia interna. Nas palavras do autor: "[...] a ordem econômica assim constituída adapta-se, estrutural, funcional e evolutivamente, ao padrão de equilíbrio dinâmico de uma economia capitalista articulada e dependente" (FERNANDES, 1968: 68).

É relevante a afirmação do autor de que uma posição ativa nas relações de produção pode não significar a incorporação do agente ao mercado, pois afinal no setor arcaico o trabalho pode ser apropriado em bases capitalistas, semi-capitalistas ou anti-capitalistas, como mencionado anteriormente. Por isso o autor propõe o critério de posse ou não de bens como parâmetro de classificação na ordem econômica.

Para o autor, os possuídores de bens estão positivamente classificados na ordem econômica de um país dependente e subdesenvolvido; já os "não-possuídores" têm a possibilidade de serem classificados e valorizados nesta ordem via o trabalho. Esta possibilidade é limitada da seguinte forma: se os não-possuídores não têm uma posição simétrica no mercado de trabalho, seu trabalho não é considerado uma "mercadoria" e, logo, não logram serem classificados dentro da ordem, porém se conseguem uma valorização de sua relação de produção mediante sua labuta, seu trabalho contará como "mercadoria" e, portanto, o trabalhador estará classificado positivamente dentro da ordem econômica.

Dada a existência de possibilidade de caracterização positiva na ordem, os "não-possuídores" são subdivididos em duas categorias: (i) os que estão relegados aos setores arcaicos e de subsistência (no campo e na cidade) e (ii) os que conseguem se assalariar de alguma forma somados aos que estão proletarizados ou em vias de proletarizar-se. Para Fernandes a primeira subcamada constitui um "setor marginal" da ordem econômica conhecido como os *condenados do sistema*, já os segundos formam uma massa de *semi-integrados ao sistema*.

A partir desta classificação, pode-se definir as categorias *interesse de classe; situação de classe e classe*. *Classe* é definida como um grupo social que comparte interesses e uma mesma situação moldados pelos contatos sociais comuns, laços de solidariedade moral, atuação política, formas de interpretação da realidade etc. Dada uma realidade histórica, este processo de diferenciação social dos indivíduos condiciona e gera probabilidades econômicas e sociais comuns e acaba resultando em um consenso<sup>13</sup>. Definida a posição ocupada na ordem econômica, os

---

<sup>13</sup> Os possuídores de bens têm interesses de classe e situação de classe comuns, já os não-possuídores dividem-se entre os que não têm nem interesse e nem situação de classe. Neste ponto de sua obra Fernandes (1968) faz uma descrição sociológica das possíveis classes brasileiras vigentes na época. Não cabe aqui entrar em detalhes sobre esta rica análise.

*interesses de classe* correspondem às condições estruturais e funcionais para a continuidade da posição ocupada e das vantagens e desvantagens consequentes. Já a *situação de classe* diz respeito ao nível de homogeneidade vigente numa sociedade ao usufruto de interesses de classe compatíveis.

O sociólogo brasileiro mostra como as burguesias brasileiras (as classes dominantes) eram "vítimas" de sua situação de classe, pois eram onipotentes no cenário interno, mas dependente no externo por terem medo de não acompanhar o dinamismo das potências mundiais. Diante disso, estas burguesias descontaram sua agressividade nos setores de baixo, os quais estavam em ebulição, mas pouco organizados. A opção por uma estratégia que lhes tolheu a chance (condicionamento do destino social) de se tornarem autônomas, fez com que as burguesias brasileiras se associassem de forma subserviente ao capital internacional.

Fernandes mostra que mesmo neste cenário de "congelamento da história" os setores condenados; os proletários e em vias de proletarização participaram do processo de mobilidade social, pois houve alguma urbanização, industrialização e proletarização. Esta ascensão social introduziu sutilezas na diferenciação social brasileira dos setores mais frágeis. A alta ambiguidade de uma sociedade heterogênea e dependente como a brasileira gerou uma situação peculiar no capitalismo. Florestan Fernandes explica de maneira precisa este importante ponto:

[...] As únicas classes que contaram, contam e continuarão a contar com condições para tomar consciência clara de seus interesses de classe e de sua situação de classe são as classes altas. Todavia, elas são vítimas da ilusão da autonomia nacional ao nível político, ao mesmo tempo em que não podem livrar-se das formas de associação dependente com os agentes e os interesses econômicos dos núcleos hegemônicos externos. Daí resulta uma situação ambivalente no plano estrutural da junção da ordem econômica vigente com a ordem social de classes. A existência de um Estado nacional independente e a parte tomada por essas classes, com real autonomia, na condução da política interna, levam-nas a identificarem-se com os símbolos econômicos, políticos e sociais da soberania nacional e do liberalismo econômico. A situação heteronômica da economia nacional e as consequências resultantes, mesmo ao nível político-diplomático e da elaboração da política econômica, engendram um estado de consciência mais ou menos espúrio, que converte a *livre-empresa*, a *filosofia econômica liberal* correspondente e o *Estado democrático* em "outros meios" para atingir fins econômicos e salvar a ordem econômica inerente ao capitalismo dependente (FERNANDES, 1968: 74).

O regime de classes dependente encetou as contradições da vida política, econômica, cultural e social a um patamar de "estilo de vida", como se estas aparentes incompatibilidades fossem naturais. A sociedade de classes subdesenvolvida se adaptou a conflitos econômicos e disputas sociais irresolutos que se eternizaram sendo mediadas muitas vezes através da opressão por força bruta. Num quadro instável como este, a junção de "arcaico" com "moderno" seguiu moldando e limitando a racionalidade dos agentes com a incerteza inerente a este tipo de sociedade e, praticamente, a única orientação possível foi a da lógica imediatista do cálculo capitalista dos negócios que buscam rentabilidade rápida diante do "circuito de indeterminação do capitalismo dependente".

De fato, o dilema no qual se metem as burguesias brasileiras tem três características específicas explicadas por Florestan Fernandes. Primeiro, a solidariedade que há entre as diversas camadas constituintes destas burguesias é de um tipo que privilegia a posse de bens econômicos como propriedade privada, a empresa privada e o direito de propriedade. Eles acabam prevalecendo ao uso da propriedade privada, ao uso da empresa privada e ao uso do direito de propriedade e ao crescimento econômico.

Segundo, o tipo de solidariedade das burguesias brasileiras conta com certa subserviência das camadas mais baixas. Isto evidencia um aspecto fundamental das classes dominantes: elas se esforçam muito para evitar que o privilégio de posse de bens esteja acessível no mercado, pois assim guardam para si o controle do "destino social" sob o capitalismo

dependente. Fernandes aponta como isto é contraditório: as burguesias negam o que seria o curso normal da estratificação social em bases puramente econômicas. Isto implica a limitação do excedente econômico às classes dominantes e o alijamento das classes dominadas da possibilidade de ascender socialmente<sup>14</sup>.

Em terceiro lugar, a união das burguesias brasileiras impede a concretização de interesses de caráter nacional, de curto e de longo prazo, pois os objetivos da nação não podem ser contemplados se ficarem restritos aos desígnios de uma única classe. O Estado não logra dar os passos necessários para dar um verdadeiro salto que guie à autonomização nacional das forças produtivas e das relações produtivas. Ao restringir as formas jurídico-políticas e sociais que integrem toda sociedade, as burguesias brasileiras encarnaram a vontade histórica nacional como a vontade de sua classe, disfarçando "interesse de classe" como "interesse de nação" (Fernandes, 1968).

Esta característica contraditória das burguesias dependentes brasileiras cristalizou as dificuldades de mobilidade social num país como o Brasil. Será visto agora como se pode usar a interpretação do cenário político, econômico e social brasileiro com a caracterização macrossociológica de Florestan Fernandes, por isso são usadas as contribuições de Sampaio Jr. (2012) e Boito Jr. (2012), intérpretes críticos do governo do PT que apesar de não esgotarem o debate dão ideias relevantes ao tema.

#### **4 - Mobilidade social no neodesenvolvimentismo?**

As interpretações críticas de Sampaio Jr. (2012) e Boito Jr. (2012) sobre a atualidade sócio-econômico do Brasil, na qual o governo do PT é crucial, reforçam os elementos teóricos e históricos levantados nas seções anteriores sobre a importância da política na análise econômica da mobilidade social recente como "mudança social estrutural". Há algumas divergências que se traduzem em controvérsias nestas interpretações, o que faz enriquecer o debate.

##### **4.1 - Formação social e mobilidade**

Sampaio Jr. (2012) ao analisar o Brasil recente, retoma uma famosa citação de *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte* refazendo a analogia de tragédia e farsa utilizada por Marx (1852) para explicar o desequilíbrio entre capital e trabalho. Se o nacional-desenvolvimentismo (1930-1964)<sup>15</sup> foi uma tragédia por ter falhado em promover a autonomização das forças produtivas e a estabilização - em níveis toleráveis - das relações de produção, o neodesenvolvimentismo seria uma farsa, pois numa tentativa de repetir o impulso dinamizador do primeiro período, ele não conseguiu nada de semelhante com o que se propunha a representar, pois combinou de maneira espúria o crescimento econômico e a homogeneização social com o tripé macroeconômico de câmbio flutuante, metas de inflação e metas fiscais superavitárias.

Assim, o neodesenvolvimentismo do governo do PT, para Sampaio Jr., não foi capaz de conciliar os determinantes objetivos do desenvolvimento das forças produtivas brasileiras num processo de industrialização e de mudança das estruturas sociais de forma a atender aos interesses da maioria da população. Apesar das melhoras conjunturais viabilizadas por um ambiente macroeconômico favorável, não foi capaz de promover melhores condições de vida à classe trabalhadora de forma estrutural, i.e., sustentável ao longo do tempo. A explicação para isso seria uma falta de vontade política dos setores dominantes em atender os interesses nacionais. Justamente por ser um país de formação inconclusa as classes e frações de classe dominante não têm interesses de classe compatíveis com uma ideia de nação. Aqui está presente a ideia de que não há uma burguesia nacional atualmente e sim *burguesias brasileiras*, que, como apontara Florestan

---

<sup>14</sup> Fazendo um contraponto ao período recente, durante o governo do PT este tipo de privilégio foi sendo contestado pela política neodesenvolvimentista na medida em que o consumo de massas, em padrões às vezes supérfluos, foi estimulado.

<sup>15</sup> Adotou-se aqui o período do nacional-desenvolvimentismo como aquele que começa com a industrialização após a crise de 1929 e é interrompido em 1964 com a implantação da ditadura militar. O período de industrialização durante o regime militar não está classificado como nacional-desenvolvimentismo por não convergir com os desígnios de afirmação de uma sociedade verdadeiramente nacional. O período militar pode, no máximo, ser chamado de prolongamento da industrialização substitutiva. Há outras interpretações sobre o intervalo do nacional-desenvolvimentismo, ver mais em Malta (2011).

Fernandes, são dependentes do capital internacional e que se coadunam quando a pressão interna é alta e a ameaça de dominação externa aumenta.

Segundo Sampaio Jr., no período do neodesenvolvimentismo, estas burguesias tiveram raio de manobra para dar espaço a alguns ganhos conjunturais para as classes despossuídas, porque tiveram seus interesses atingidos de outras formas. Isto se traduziu, para as camadas condenadas e semi-integradas ao sistema, em ganhos salariais, em melhoras nos índices de emprego, em ampliação nas transferências condicionadas de renda etc. Entretanto, como se verá mais adiante, os grandes setores brasileiros lucraram como nunca neste período.

O economista afirma que burguesias brasileiras são aliadas menores do capital internacional, o qual tolhe as possibilidades de desenvolvimento autóctone e de ascensão social das camadas mais desprivilegiadas. Estas burguesias deixaram o país à beira de uma instabilidade mediante a qual se apresentam dois prováveis caminhos: uma convulsão social crescente que implique um aumento das manifestações contra os limites do capitalismo brasileiro ou uma reversão neocolonial, onde o país voltaria a ter uma posição decididamente subserviente no cenário internacional, com um *status* de país dependente cristalizado: desindustrializado, com questões sociais a resolver, especializado regressivamente etc.

Mas o que isto representa afinal? Diante do exposto nas seções anteriores, tem-se que a política neodesenvolvimentista apregoa crescimento econômico com homogeneidade social e é o aporte teórico de um partido político que, na aparência, diz representar um certo setor da sociedade (os trabalhadores) mas que, na essência, vem direcionando as políticas econômicas em favor de interesses de classe totalmente divergentes ao que diz representar, travando as possibilidades de mobilidade social das camadas que realmente precisam ser beneficiadas: os condenados e semi-integrados ao sistema.

#### **4.2 - Frente neodesenvolvimentista e mobilidade**

De modo a fazer um contraponto a visão de Sampaio Jr. pode-se tomar a visão do cientista político Boito Jr. (2012)<sup>16</sup>, quem faz uma interpretação sociológica da conjuntura política brasileira. O autor diz haver uma frente política no bloco no poder liderada pela grande burguesia interna<sup>17</sup> que se une, a despeito das diferenças de interesses de suas frações componentes, para enfrentar a disputa pelo mercado interno sofrida diante do capital internacional. Esta burguesia interna é "policlassista e heterogênea" formada pelos setores da mineração, dos bancos, do agronegócio, dos empresários da indústria de transformação etc.; se soma a esta frente uma massa marginalizada urbana; e, por fim, existem as classes dominadas que adicionadas ao campesinato, são a base social do PT.

Segundo Boito Jr (2012), a burguesia interna sempre esteve no bloco no poder, porém somente com a ascensão de Lula ela pôde reforçar seu papel e virar hegemônica em relação às outras frações burguesas. Assim, o autor afirma que durante os governos Lula e Dilma a burguesia interna, hegemônica ao bloco no poder, interagiu com o governo através do projeto político neodesenvolvimentista<sup>18</sup> por meio de uma frente política que atendeu aos interesses bancário-financeiros como nunca, assim como aos interesses de setores selecionados da indústria, como foi o

---

<sup>16</sup> A visão de Boito jr. (2012) também é um crítica à visão de Singer (2009), segundo a qual o governo Lula fora marcado pela representação de um "subproletariado" brasileiro, o qual seria distinto de uma classe média operária. Uma das críticas mais importantes a Singer, além da ampla defesa das políticas do PT, é que é necessário considerar as políticas que afetam as classes dominantes.

<sup>17</sup> Aqui o autor utiliza o conceito de Poulantzas (1968) de *burguesia interna* que é uma classe intermediária à velha burguesia nacional (nos moldes propostos no século XX de uma classe que tem como objetivo combater o imperialismo e luta pelos interesses da nação) e à burguesia compradora (sócia do capital internacional e financeiro). Assim, Boito Jr. assume que há uma novo tipo de burguesia nacional: a burguesia interior ao bloco no poder. Entretanto, observa que o nacionalismo e populismo hoje em dia não encontram tanto espaço na sociedade brasileira como nos tempos de Vargas, por exemplo.

<sup>18</sup> Apesar de ver alguma semelhança entre o velho desenvolvimento e o neodesenvolvimentismo, Boito Jr. aponta três diferenças fundamentais do neodesenvolvimentismo: (i) o baixo crescimento econômico devido à acumulação financeira; (ii) a especialização regressiva; e (iii) a preponderância do mercado externo em detrimento do interno.

caso, lembrado por Boito Jr., do atendimento dos interesses da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) durante o governo Lula.

O ponto extremo da frente neodesenvolvimentista, para Boito Jr., é formado pelos desempregados, subempregados, trabalhadores em condições precárias e por conta própria. Esta "massa marginal" está por sua vez dividida em dois setores: (i) um setor organizado em movimentos reivindicativos como as demandas por moradias e por emprego que, de certa forma, foi favorecida com o programa "Minha Casa, Minha Vida" e o aumento do emprego e salário mínimo no governo do PT e (ii) uma camada desorganizada politicamente, a qual é atendida principalmente pelo Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada. O autor destaca que este setor desorganizado obtêm ganhos muito limitados e é mantido passivamente controlado política e ideologicamente pelo governo do PT. Esta afirmação é importante ao demonstrar o quão frágil é a base da mobilidade social brasileira recente<sup>19</sup>.

O sucesso dessa frente política deve ser buscado no caráter sindical-popular que foi estabelecido. A base social histórica que criou o instrumento partidário da frente política, o PT, era formada pelo operariado urbano e a baixa classe média. Na virada do século, ela foi perdendo espaço para a burguesia interna, passando de força dirigente a, somente, base social do partido.

Apesar de uma contribuição rica, entende-se que a visão de Boito Jr. é limitada, pois o autor afirma que o neodesenvolvimentismo, ao tentar retomar o desenvolvimentismo, é a estratégia política-econômica possível dentro das restrições impostas pelo neoliberalismo. Isto deixa implícito que não há solução para o impasse da mobilidade social na disputa política e econômica de classes, pois o desenvolvimento nacional como transformações política, econômica, social e cultural orientado aos desígnios da maioria da sociedade não é buscado como objetivo principal, senão uma solução subserviente ao neoliberalismo.

Agora serão vistos alguns dados, que apesar de não esgotarem as possibilidades de crítica à mobilidade social recente, indicam elementos importantes que reforçam a ideia de ganhos conjunturais nos governos do PT e que limitam verdadeiras mudanças sociais no Brasil.

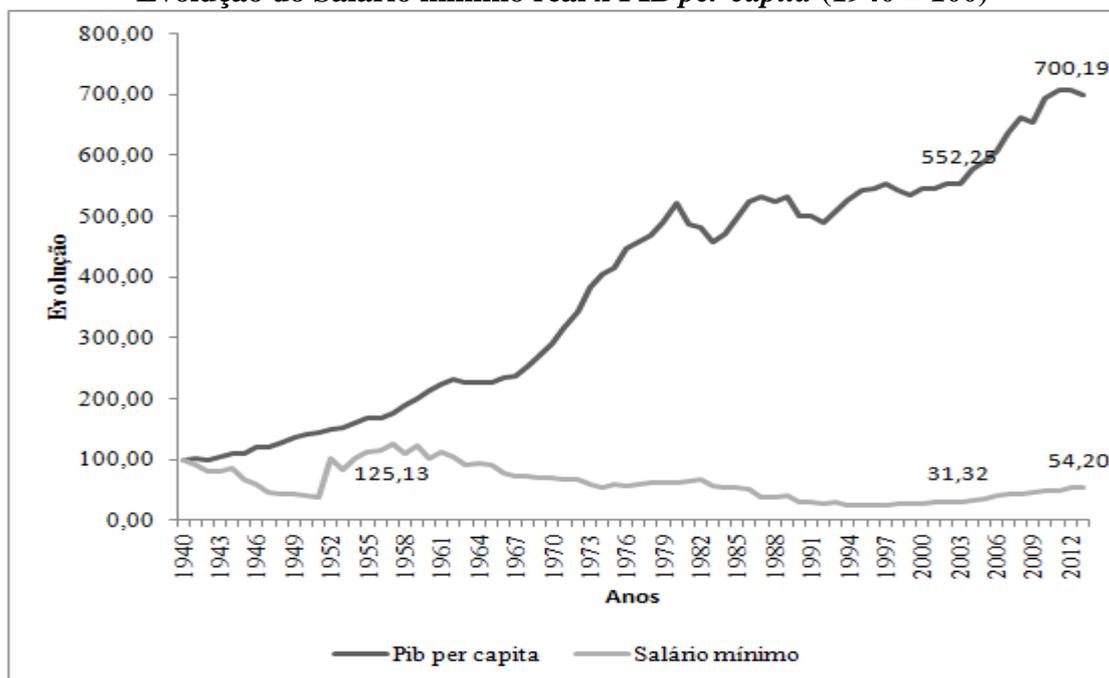
#### **4.3 Os limites às mudanças sociais em evidências selecionadas**

A fim de ilustração, quando se olha os dados sobre valorização real do salário mínimo, percebe-se que o aumento entre 2003 e 2013 foi expressivo, na ordem de 70% e representaram um ganho do poder de barganha dos trabalhadores a partir de 2005 (Summa, 2014). Mas quando comparado com níveis histórico mais antigos, gráfico 1, ainda são baixos. Não se pode esquecer ainda a importância que tem o salário mínimo como instituição chave para a luta de classes, no sentido de que é um preço político que garante às classes trabalhadoras que dependem dele um mínimo padrão de vida que seja aceitável socialmente (Medeiros, 2015). Ademais, por mais que o salário mínimo atual não atinja os ápices históricos, não se pode pôr toda a responsabilidade disso na forma que o salário mínimo afeta os trabalhadores, mas também na forma como está estruturado o capitalismo no Brasil, que como mostrado abaixo, no gráfico 2, garante boa parcela das rendas geradas aos grupos dominantes.

---

<sup>19</sup> Oliveria *et alli* (2010) mostra como o período iniciado no governo Lula (hegemonia às avessas) é idiossincrático, pois o governo, direcionado intelectualmente desde "cima" buscou o consentimento das classes pobres e abriu mão do elemento força da hegemonia, implementando políticas de caráter "moral", assim a pobreza ficou burocratizada com o Bolsa Família.

**Gráfico 1**  
**Evolução do Salário mínimo real x PIB *per capita* (1940 = 100)**

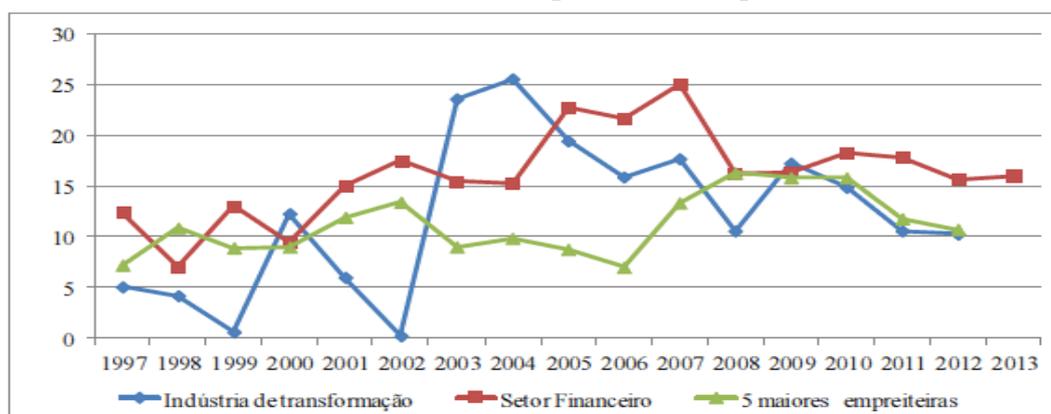


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DIEESE e do IPEADATA.

Observação: Salário mínimo deflacionado pelo ICV, estrato inferior.

Como outra fonte de ilustração, pode-se também tomar o estudo da realidade brasileira de Pinto *et alli* (2015), o qual aponta que durante os governos Lula e Dilma (2003 até 2012) o bloco no poder foi formado pela coligação do setor bancário-financeiro, com a indústria de transformação, com as maiores empreiteiras do país, com as indústrias de mineração e com uma parcela do agronegócio. É importante lembrar que a hegemonia dentro deste bloco estava com a fração bancário-financeira. Mais, aponta que apesar de ter havido um movimento de redução da desigualdade com algum crescimento econômico, "nunca antes na história deste país", esta fração bancário-financeira ganhou mais. De fato, os dados levantados, no gráfico 2, apontam a evolução da rentabilidade destes grupos no período entre 1997 e 2012.

**Gráfico 2**  
**Rentabilidade sobre o patrimônio líquido**



Fonte: Pinto (2015) *et alli*. A partir de informações da Revista Exame (Maiores e Menores) para indústria de transformação e empreiteiras; e das revistas Balanço Anual da Gazeta Mercantil e Valor.

Um caso alarmante do ataque aos direitos trabalhistas é o da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que substituiu o Fundo de Estabilização Fiscal em 2000, o qual substituíra o Fundo Social de Emergência em 1999. Através destas desvinculações uma parte dos

tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas (20% do Orçamento Geral da União) é desviada para a geração de superávits primários e pagamento do serviço da dívida pública, mostrando como os interesses de determinados grupos determinam as possibilidades de melhora de outros. Assim, uma boa parte dos recursos do orçamento da seguridade social é desviada, assim como recursos de outras áreas. Os dados de Gentil (2015), tabela 1, mostram que vêm crescendo os montantes desvinculados:

**Tabela 1**  
**Receita de contribuições sociais selecionadas e os efeitos da desvinculação promovidos pela DRU, exercícios selecionadas de 2005, 2008, 2010, 2012, 2013 e 2014**

	2005	2008	2010	2012	2013	2014
Cofins	17.919	24.019	28.005	36.311	39.882	39.183
CSLL	5.246	8.500	9.151	11.463	12.509	12.639
PIS/Pasep	4.417	6.166	8.074	9.548	10.213	10.384
Outras contribuições <sup>(1)</sup>	6.246	410	630	753	811	955
<b>RECEITAS desvinculadas pela DRU</b>	<b>33.829</b>	<b>39.095</b>	<b>45.860</b>	<b>58.075</b>	<b>63.415</b>	<b>63.161</b>

Fonte: Gentil, 2015.

Dada a classificação de Florestan Fernandes para uma sociedade como a brasileira e o panorama político em que se introduziu o neodesenvolvimentismo, pode-se entender a existência debate acerca das possibilidades de mobilidade social. O ponto em questão é se as mudanças sociais ocorridas representam uma mudança estrutural para o nível de vida oferecido aos trabalhadores ou não. Concatenando as ideias descritas acima com as seções anteriores, pode-se iniciar uma interpretação macrosociológica da política econômica e social vigente durante os governos do PT, que combate superficialmente a mobilidade social e não logra acabar com as mazelas sociais de forma sustentada.

## 5 - Conclusão

Com os aportes teóricos levantados, este artigo aponta a ideia de que nos governos do PT, especialmente a partir de 2005, houve uma melhora nas condições de vida da classe trabalhadora com a política neodesenvolvimentista, mas que está muito abaixo de um padrão mínimo aceitável socialmente como digno<sup>20</sup>. O Brasil foi um dos pioneiros ao elaborar uma Constituição dita "Cidadã", porém a ascensão do neoliberalismo em todo o mundo promoveu uma reversão destes avanços, mostrando que a questão social, além de econômica, é também politicamente orientada.

Nos anos dois mil, emergiu um bloco no poder brasileiro liderado por frações de classe e por classes que apesar de muito distintas e heterogêneas entre si representam interesses de classe comuns, os das burguesias dependentes brasileiras. Com o governo do PT, este bloco no poder era formado por uma frente política com base sindical-popular e coordenado pelas burguesias brasileiras, sendo liderados pela fração bancário-financeira.

A novidade das políticas dos governos do PT foi a incorporação de grandes massas de trabalhadores pobres a uma sociedade de consumo ao mesmo tempo em que promoveu a valorização do salário mínimo, o aumento do emprego formal, o incremento do crédito, o aumento das transferências de renda lideradas pelo Bolsa Família e algum crescimento econômico (muito embora instável e claudicante). Vale lembrar que, ao contrário do período do regime militar, a conjuntura política, econômica e social dos anos dois mil foi a de um "pacto" entre diferentes

<sup>20</sup> A existência de um Estado de Bem-Estar Social como o que vigorou em alguns países da Europa pós II Guerra e outras partes do mundo desenvolvido na época de Ouro do Capitalismo não se verifica no Brasil (Lavinias, 2015). As condições históricas são outras, assim como os determinantes políticos, econômico e sociais são muito distintos.

setores da sociedade, no qual as classes e frações dominantes permitiram os ganhos sociais vistos uma vez que os seus próprios interesses e hegemonia não estavam sendo contestados.

Poderia parecer que este fato representaria a superação do critério de definição sociológica de Fernandes (1968), uma vez que fora concedido às classes subalternas a possibilidade de ter a posse de bens e de valorização via trabalho. Uma leitura mais atenta da realidade brasileira mostra como esta ideia é precipitada ao ignorar a forma como se combinam o arcaico e o moderno na sociedade brasileira sem que se concretizem as condições objetivas e subjetivas do desenvolvimento nacional e, logo, da transposição das barreiras sociais, culturais, políticas e econômicas que detêm boa parte dos trabalhadores brasileiros classificados como "condenados do sistema".

Numa conjuntura política de crise e de ingovernabilidade do atual governo, envolvido no maior esquema de corrupção já investigado no país, abundam exemplos das dificuldades que estão postas por hora. Propostas de cunho regressivas estão sendo aprovadas no congresso nacional. O projeto de lei aprovado sobre a generalização da terceirização da força de trabalho no começo de 2015 e os cortes orçamentários que o governo federal brasileiro vem anunciando afetam os setores da educação, da saúde pública, da previdência, da assistência social e do emprego em favor de finanças saudáveis.

Assim, afirma-se que a sustentabilidade na melhora recente na vida dos trabalhadores brasileiros é instável e determinada por fatores econômicos e políticos. Por mais que estas mudanças tenham afetado a milhões de pessoas (o caso que chama mais atenção no meio acadêmico e político é o do Bolsa Família com mais de quatorze milhões de famílias beneficiadas), uma inflexão nos interesses das classes e frações hegemônicas podem reverter este quadro, via a disputa econômica e política no Estado, quando lhe convier. Este parece estar sendo o caso desde a instensificação da política de ajuste fiscal. Ademais, como a contra-revolução permanente mostrou, no caso de uma crise de hegemonia burguesa, as burguesias brasileiras podem se reunir compositamente e varrer de dentro do Estado o espaço para as lutas políticas econômicas e sociais impedindo que as mudanças sociais se dêem estruturalmente.

Qualquer tentativa de política econômica, social e cultural que almeje promover a ascensão/mobilidade social de forma definitiva e integrativa deve primeiro ir nas raízes dos problemas da sociedade brasileira como nação inconclusa e promover uma verdadeira reordenação das prioridades nacionais. Uma política econômica de ajuste fiscal como a atual onde direitos trabalhistas e sociais inscritos na Carta Magna estão postos em xeque e que os interesses do setor bancário-financeiro são prioridades é um passo na direção oposta à ascensão social sustentada.

### **Referências Bibliográficas**

BIELSCHWOSKY, Ricardo. **Estratégia de desenvolvimento e as três motores de expansão no Brasil: um desenho conceitual.** Economia e sociedade. V.21. Campinas. 2012.

BOITO JR., Armando. **Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista:** comentário em comemoração ao sesquicentenário da publicação de *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. In Crítica Marxista. 2002.

\_\_\_\_\_. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo.** In Fórum Econômico da FGV/ São Paulo. 2012.

COUTINHO, Carlos. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2007.

DE CONTI, Bruno. *O capitalismo produtor de pobreza e a reação do povo grego.* Artigo do Brasil Debate. Disponível em: <http://www.brasildebate.com.br/o-capitalismo-produtor-de-pobreza-e-a-reacao-do-povo-grego/>. Acesso em: 09/02/2015.

- FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. Difel. 1960.
- \_\_\_\_\_. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1968.
- \_\_\_\_\_. **A revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação Sociológica**. São Paulo. Editora Globo. [1975] 2011.
- FURTADO, Celso. **O Mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974.
- IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo. Brasiliense. 1992.
- GENTIL, Denise. **2015: O ano de completo descolamento entre as políticas do governo e os anseios da coletividade**. Aula inaugural para o curso de Ciências Econômicas da UFRJ. 2015.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. (1949) 1978.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Volumes I-VI. Civilização Brasileira. 2006.
- JESSOP, Bob. **O Estado, o poder e o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno**. *In* Rev. Sociol. Pol. Curitiba. V. 17. N.33. 2009.
- KOTZ, David *et alli*. **Growth and crisis, social structure of accumulation theory and analysis**. 2006.
- LAVINAS, Lena. **Social-desenvolvimentismo, crédito e endividamento: os vínculos ausentes**. Trabalho em andamento. UFRJ. 2015.
- MALTA, Maria (coordenadora). **Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro. IPEA. Centro Celso Furtado. 2011.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Boitempo. (1852) 2011.
- MEDEIROS, Carlos. **Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira**. IPEA. 2015.
- NETO, Iderley. **Notas sobre a questão de classe no Brasil nos anos 2000**. Trabalho apresentado no encontro nacional da ANPEC. 2015.
- OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (organizadores). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. Boitempo. 2010.
- PINTO, Aníbal. **Natureza e implicações da "heterogeneidade estrutural" da América Latina**. *In* BIELSCHWOSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento da CEPAL. Rio de Janeiro. Record. V. 2. 2000.
- PINTO, Eduardo & BALANCO, Paulo. **Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica**. *In* Revista de Economia Política. V.34. N.1 2014.
- PINTO, Eduardo; FIGLUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **Governo Dilma, PT, esquerda e impeachment: três interpretações da conjuntura econômica e política**. Texto para discussão 15. IE-UFRJ. 2015.

POCHMANN, Márcio. **O mito da grande classe média**. Boitempo. São Paulo. 2014.

POULANTZAS, Nicholas. **Poder político e classes sociais**. São Paulo. Martins Fontes. (1968) 1977.

\_\_\_\_\_. **O Estado, o poder, o socialismo**. Graal. Rio de Janeiro. 1985.

PREBISCH, Raul. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. CEPAL. 1949.

QUADROS, Waldir. **Paralisia Econômica, retrocesso social e eleições**. Texto pra discussão 249. Insituto de Economia. Unicamp. 2015.

SAMPAIO JR., Plínio. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. 2012.

SINGER, André. **Raízes sociais e ideológicas do lulismo**. *In* Novos Estudos. CEBRAP. N.85. 2009.

SUMMA, Ricardo. **Mercado de trabalho e a evolução dos salários no Brasil**. Texto para discussão 013/2014. Instituto de Economia da UFRJ. 2014.